

EUGÊNIO NOVAES

29 ABR 1988



Reforma agrária reúne esquerdas interessadas em alternativas à negociação com Centrão

Esquerdas também são por acordo

O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) apresentou, durante reunião com outros parlamentares interessados na questão agrária e entidades como Contag e ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), quatro propostas de fusão para o capítulo da Reforma Agrária. As propostas reúnem os textos da Comissão de Sistematização, do Centrão, além de emendas.

No dispositivo que regulamenta a função social da propriedade, o parlamentar eliminou o termo "simultaneamente", motivo de grande discórdia entre setores progressistas e os membros do Centrão. E que pela redação aprovada na Sistematização, a função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade atender a quatro critérios: ser racionalmente aproveitada; preservar o meio ambiente; observar disposições legais que regulam as relações de trabalho, e favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Os critérios, no texto do Centrão, são praticamente os mesmos, mas sem a simultaneidade. Além disso, o deputado remete para lei o detalhamento desses critérios.

Bogo também inovou na questão da desapropriação e, embora não esteja prevista nem no texto da Sistematização nem no do Centrão, o deputado conseguiu elaborar uma fusão de emendas isentando as operações de transferência dos imóveis, de qualquer tributação, seja para o proprietário da terra, como para o beneficiário. Vicente Bogo pretende, ainda, introduzir um dispositivo estabelecendo que a imissão da União na posse do imóvel só poderá acontecer após o depósito da indenização relativa à desapropriação.

Sobre a política agrícola, que tanto o texto da Sistematização como o do Centrão estabelecem que será planejada e executada com a participação do setor de produção, comercialização, armazenamento e transporte, o parlamentar modificou a redação, prestigiando o setor produtivo.

As propostas de Bogo representam fusões de diversas emendas que ainda serão submetidas à apreciação do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), responsável pela negociação do tema na liderança do PMDB, e aos autores dos textos fundidos.

Durante a reunião de ontem, foi divulgado um documento com as posições do grupo, já discutidas em encontros anteriores. Assinado por 14 entidades — Contag, ABRA, DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), CUT, CPT (Comissão Pastoral da Terra) outras — o documento alerta para a necessidade da aprovação de dispositivos que garantam a execução da Reforma Agrária no Brasil. Pedir aprovação do texto da Comissão de Sistematização, "apesar de não contemplar o conjunto das propostas constantes da emenda popular", por ser um passo necessário para que, através das emendas individuais, se consiga o aperfeiçoamento da função social da terra, agilização do processo de imissão de posse, redução da superfície de concessão de terras públicas e o aumento da área e do prazo de usucapião.

General acha Constituinte muito lenta

Porto Alegre — O comandante militar do Sul, general, Edson Boscacchi Guedes, criticou ontem a morosidade da Assembleia Nacional Constituinte, apesar de concordar que elaborar uma Constituição não é uma tarefa fácil. Entretanto, para ele o ordenamento nacional fica difícil em função do atraso.

— Na realidade estou voltando a dizer aquilo que todos os brasileiros estão sentindo. Estamos aguardando que a constituição fique pronta, pois dela dependem muitas deliberações que ainda devem ser tomadas. Teremos ainda as constituições estaduais e está é uma tarefa que leva tempo. Não pode ser feita da noite para o dia.

O general Boscacchi Guedes, que dentro de algumas semanas irá para a reserva, presidiu a solenidade de posse do novo comandante da 6ª divisão de exército, general Clovis Jaci Burman. Depois, falando aos repórteres, Boscacchi Guedes respondeu o presidente Sarney das acusações de corrupção no governo apontadas pela CPI do Senado:

— Entendo que o presidente é um homem ilibado, um homem direito e se tiver que responder a alguma coisa, responderá à altura de seu cargo, o mais alto do País.

Centrão abre negociação sobre terra

8861 RBV 67 CORREIO BRAZILIENSE 29 ABR 1988

29 ABR 1988

Escaldado pelo magro resultado da votação de segunda-feira, onde só conseguiu a adesão de 210 integrantes do grupo, o Centrão quer negociar a questão da reforma agrária a qualquer preço, abandonando definitivamente a ideia dos mais radicais, defensores do bate-chapa. O grupo sabe que uma nova derrota serviria apenas para a desagregação mais rápida e preferiu apostar num acordo com o PMDB/Covas, a fim de resolver pacificamente a matéria, já na terça-feira próxima, no voto, no plenário.

Apesar de ter separado alguns pontos doutrinários dentro do tema reforma agrária, o Centrão quer estabelecer um texto capaz de contentar as correntes mais expressivas, deixando para a decisão no voto apenas uma ou outra emenda acessória. A pacificação dentro do grupo pode ser medida pela observação de um dos principais negociadores na reforma agrária, deputado Rosa Prata, "ninguém quer armar um arsenal de guerra aqui dentro. O melhor é buscar um equilíbrio entre o meio rural e o meio urbano".

Para oferecer um texto de acordo ao PMDB e demais correntes partidárias, os representantes do Centrão nas negociações sobre a reforma agrária — Rosa Prata, Alysso Paulinelli, Gilson Machado, José Egreja e Jorge Viana — vão fazer algumas reuniões no final de semana. Eles separaram apenas alguns pontos doutrinários e sobre os quais não pretendem ceder: preservar o direito de propriedade e impedir a reforma agrária nas terras produtivas, são os exemplos principais.

Rosa Prata comentou ontem que o clima de guerra verificado na subcomissão temática, logo no início da Constituinte, não se repetirá. Ele está seguro de que as posições conflitantes daquela época sofreram um processo de amadurecimento natural. No seu entender, tudo foi fruto do desconhecimento da realidade do meio rural; depois, ninguém pode defender uma reforma agrária que leve o conflito para o campo.

O coordenador do Centrão, deputado Ricardo Fluzza, não prevê embate em plenário para a votação da reforma agrária, porque aposta também no acordo. Isso, contudo, não o faz deixar de criticar os extremados de esquerda, porque, na sua opinião, eles querem jogar o País no caos. Até Luiz Eduardo Magalhães, que defendeu sempre o bate-chapa, achando que essa era a maneira do Centrão mostrar força, curvou-se à realidade e admite votar no acordo, desde que ele não consagre a imissão imediata de posse. A verdade, explicou o deputado, é que os que desejam uma Constituição mais liberal não passam aqui dentro de 210 votos.

Segundo Rosa Prata, a prioridade das conversações é buscar o consenso em torno do direito de propriedade, definindo de antemão os pré-requisitos para a função social da terra. Isso quer dizer que as terras produtivas não poderão ser desapropriadas para efeito de reforma agrária.

Define ainda o deputado a meta das negociações: a harmonia. Ele reconheceu que o acordo depende da não radicalização, inexistente até agora nas conversas preliminares. No seu entender, o que mais pega é que muitos dos que desejariam participar das discussões ficam no campo da teoria, da intenção e da boa vontade. Ele acha que apesar das divergências não serem muitas, são todas substanciais, mas — previu — prevalecerá o bom senso.

Já o deputado Alysso Paulinelli listou quatro pontos essenciais para o sucesso do acordo. Ele terá que garantir a propriedade produtiva, impedindo a reforma agrária nessas terras; estabelecer uma lei agrícola definindo as limitações do Governo na produção e comercialização agrícola; e uma lei agrária, que seria um estatuto da terra evoluído.

Paulinelli pretende armar essas leis a partir dos textos do Centrão, da Comissão de Sistematização e das emendas apresentadas, mas isso, ressalva, sem criar arestas, que seriam ruins para os dois lados.

AVC
K